CAPÍTULO IV - DOS MEIOS COMPLEMENTARES DE ENSINO DOS CFC'S

Art. 12 - Os CFC's para atendimento do processo de formação do candidato deverão dispor de:

- A - Quadro negro ou branco;
- B - Aparelho de televisão e videocassete;
- C - Retroprojektor;
- D - Carteiras individuais;
- E - Material audiovisual para ilustração das aulas;
- F - Coletânea de Legislação de Trânsito;

CAPÍTULO V - DOS VEÍCULOS DOS CFC'S

Art. 13 - Os CFC's somente poderão instruir candidato para o exame de direção veicular da categoria para o qual dispõem de veículo respectivo e instrutor habilitado em categoria igual ou superior ao do candidato há mais de 2 (dois) anos.

Art. 14 - Os CFC's deverão possuir no mínimo 02 (dois) veículos de propriedade da empresa ou de seus proprietários, destinados à aprendizagem, conforme abaixo:

Parágrafo único - Poderão ser considerados para o cumprimento do disposto acima os veículos adquiridos mediante arrendamento mercantil (leasing) ou com alienação fiduciária (financiamento ou consórcio);

Art. 15 - Os veículos destinados à aprendizagem deverão obedecer os seguintes requisitos quanto à idade:

- A - veículo da categoria A, possuir no máximo 5 (cinco) anos de fabricação;
- B - veículo da categoria B, possuir no máximo 8 (oito) anos de fabricação;

Art. 16 - Os veículos das categorias B, C, D e E deverão estar equipados com:

A - duplo comando de freios e embreagem aprovado através de Laudo de Segurança Veicular emitido por entidade credenciada pelo INMETRO;

B - espelhos retrovisores interno e externos direito e esquerdo;

C - faixas de identificação conforme estabelecidas no Art. 154 do Código de Trânsito Brasileiro;

D - além de todos os equipamentos obrigatórios estabelecidos pela legislação.

Parágrafo único - Os veículos serão vistoriados pelo Setor competente do DETRAN/PI bimestralmente, podendo a qualquer momento o DETRAN/PI realizar nova vistoria, no local que convier.

Art. 17 - Os veículos da categoria A deverão estar equipados com:

A - placa amarela com as dimensões de 30 (trinta) centímetros de largura e 15 (quinze) centímetros de altura, fixada na parte traseira do veículo, em local visível, contendo a inscrição "MOTO ESCOLA", em caracteres pretos;

B - luz nas laterais esquerda e direita, de cor amarela ou âmbar, indicadora de direção;

C - espelhos retrovisores nas laterais esquerda e direita;

D - 2 (dois) capacetes de segurança aprovado pelo INMETRO, por veículo;

E - além de todos os equipamentos obrigatórios estabelecidos pela legislação.

Parágrafo único - Os veículos serão vistoriados pelo Setor competente do DETRAN/PI bimestralmente, podendo a qualquer momento o DETRAN/PI realizar nova vistoria, no local que convier.

CAPÍTULO VI - DA VISTORIA INICIAL PARA FUNCIONAMENTO DO CFC

Art. 18 - Entregue a documentação completa exigida para o credenciamento junto ao DETRAN/PI, o setor competente fará a análise dos documentos e realizará a vistoria inicial no CFC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 1º - Na vistoria inicial serão verificadas as instalações físicas, veículos, infra-estrutura, sistemas de controle de processos e candidatos, entre outros.

§ 2º - Os laudos respectivos ficarão arquivados no DETRAN/PI junto à documentação do credenciamento.

Art. 19 - No caso de reprovação na vistoria será concedido um prazo para a regularização e será determinado uma nova data para a vistoria.

CAPÍTULO VII - DO CREDENCIAMENTO DO CFC

Art. 20 - O credenciamento é limitado à circunscrição determinada pelo DETRAN/PI.

§ 1º - A atuação em localidade diversa do caput somente será permitida mediante autorização expressa do DETRAN/PI.

§ 2º - A autorização de que trata o parágrafo acima será fornecido por tempo determinado e com limite de atuação.

Art. 21 - As alterações cadastrais posteriores ao registro deverão ser comunicadas e formalizadas documentalmente junto ao DETRAN/PI.

Parágrafo único - Havendo necessidade de realização de nova vistoria o setor competente do DETRAN/PI terá o prazo de 30 (trinta) dias para realizá-la e oferecer parecer técnico.

Art. 22 - O DETRAN/PI reserva-se o direito de credenciar ou não o CFC, ou credenciá-lo com limitação de atuação considerando-se os pareceres jurídico e técnico e da vistoria inicial, da documentação, da demanda local ou os compromissos contratuais já existentes na data de publicação desta Portaria, bem como exigir a comprovação de exigências faltantes e mencionadas nos pareceres ou da vistoria e necessários para o ato do credenciamento.

Art. 23 - A renovação do credenciamento junto ao DETRAN/PI será anual conforme calendário fixado pelo mesmo, facultando ao órgão a manutenção ou não do credenciamento.

CAPÍTULO VIII - DOS DEVERES DOS CFC'S

Art. 24 - São deveres dos CFC's:

A - instruir os processos relativos à habilitação de condutores de veículos dos candidatos que nela se inscreverem;

B - manter em local visível o Alvará de Funcionamento e a Tabela de Taxas do DETRAN/PI;

C - não interromper as atividades, salvo casos justificados e previamente comunicados por escrito ao DETRAN/PI;

D - elaborar a cada candidato individualmente um contrato de prestação de serviços discriminando detalhadamente os valores praticados;

E - cumprir fielmente as disposições da presente Portaria, Legislação pertinente e as determinações emanadas pelo DETRAN/PI;

F - participar anualmente de pelo menos uma campanha educativa de trânsito organizada e coordenada pelo DETRAN/PI;

G - manter o índice de aprovação de seus alunos em no mínimo 65% (sessenta e cinco por cento) e frequência de 100% (cem por cento).

CAPÍTULO IX - DOS DEVERES DOS DIRETORES E INSTRUTORES DOS CFC'S

Art. 25 - São deveres do Diretor Geral do CFC:

A - administrar e assegurar o correto funcionamento do CFC;

B - estabelecer e manter relações oficiais com os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito;

C - tomar conhecimento dos recursos interpostos pelos alunos contra o CFC praticado no ato das atividades de aprendizagem e adotar as providências cabíveis;

D - responder civil e criminalmente pelos atos cometidos pelo CFC e seus servidores;

E - arquivar e manter sob sua guarda todos os registros relativos aos candidatos do CFC pelo prazo de 5 (cinco) anos.

F - freqüentar os cursos de aperfeiçoamento ou de reciclagem determinados pelo DETRAN/PI.

Art. 26 - São deveres do Diretor de Ensino do CFC:

A - orientar os instrutores no emprego de métodos, técnicas e procedimentos indicados pela didática pedagógica;

B - manter atualizado o registro cadastral dos alunos matriculados;

C - manter atualizado o registro dos instrutores e dos resultados apresentados no desempenho de suas atividades;

D - designar os instrutores para os diversos setores da instrução a ser ministrada;

E - organizar o quadro de trabalho a ser cumprido pelos instrutores;

F - fazer cumprir pelos alunos e instrutores a legislação de trânsito;

G - fiscalizar as atividades dos instrutores, a fim de assegurar a eficiência do ensino;

H - freqüentar os cursos de aperfeiçoamento ou de reciclagem determinados pelo DETRAN/PI.

Art. 27 - São deveres do instrutor do CFC:

A - transmitir aos alunos os conhecimentos teóricos e práticos, especializados e técnicos, necessários aos exames para a obtenção do documento de habilitação;

B - respeitar os horários pré-estabelecidos no quadro de trabalho organizado pelo Diretor de Ensino;